



Artur Condé
Presidente do Colégio
de Especialidade de ORL
da Ordem dos Médicos

Página do Colégio da Especialidade de ORL da Ordem dos Médicos

Colégio da especialidade e seu papel na dinamização do internato

A Otorrinolaringologia Portuguesa no futuro

A principal diferença, que podemos encontrar entre os Países desenvolvidos, e aqueles que ainda não atingiram esse patamar, reside na capacidade de organização e planeamento das suas políticas de desenvolvimento, que os primeiros, conseguem atingir de forma surpreendentemente simples, e os segundos, enredando-se em questões acessórias com muita dificuldade, conseguem delinear uma trajectória de desenvolvimento consistente e coerente.

Infelizmente, o nosso País não está no grupo dos primeiros, mas no daqueles, que de uma forma quase atávica, nunca conseguem atingir os seus objectivos de desenvolvimento. As razões desta realidade, serão sem dúvida variadas, mas não se situarão muito longe de uma importante incapacidade técnica de quem arquiteta esses programas, aliada a um grande défice de sentido de estado e serviço público, de quem posteriormente decide e os aplica.

A Saúde, pilar fundamental do desenvolvimento de uma sociedade, é uma função de estado com um enorme impacto social, e como tal, deve merecer da parte dos poderes públicos, uma atenção muito cuidada no seu planeamento. Alia duas características que obrigam a um enorme rigor na sua gestão. Por um lado, a necessidade de importantes recursos humanos, com formação Universitária longa e dispendiosa, e por outro, avultados meios financeiros de curto e médio prazo, que são indispensáveis ao funcionamento das unidades de Saúde. Esta realidade não permite amadorismos na gestão desta área, sob pena de uma política de planeamento da saúde mal delineada, acarretar gravíssimos prejuízos presentes e futuros, à vida de uma sociedade. Daí, a obrigação dessas políticas, assentarem em programas realistas, sérios e coerentes, rigorosamente revistos e estudados.

Ao longo de vários anos, elaboraram-se alguns estudos sobre as necessidades e a estrutura da assistência médica no nosso País. Curiosamente, fomos constatando que a realidade em muito poucas situações acompanha os resultados desses

trabalhos, fruto de uma indefinição política que vagueia ao sabor das orientações partidárias do momento. Também são conhecidos, os múltiplos interesses que se conflituam nesta área, jogando-se num tabuleiro de limites mal definidos, onde o árbitro também muitas vezes é parte, as equipas estão combinadas e o público adormecido, aceita o resultado final viciado. A verdade desportiva, que neste caso é a verdade democrática está assim pervertida, e o resultado é o que sabemos, desperdício, injustiça, pobreza e inutilidade.

Somos um País pequeno, com uma população de (só) 10.000.000 de habitantes, coeso, sem grandes barreiras geográficas, excelentes vias de comunicação, com todas as condições para construirmos um Sistema Nacional de Saúde á nossa medida, sustentável e equilibrado, a prestar os cuidados de saúde exigíveis, a um país europeu civilizado do século XXI. Não seria de todo impossível, estudar e desenvolver uma orientação coerente e consensual no campo da política de saúde, aproveitando os contributos de quem sabe e de quem dedica toda a sua vida, a esta profissão. A Classe Médica, através dos seus Órgãos Representativos, deveria ser ouvida, não como muitas vezes sucede por obrigação institucional, mas por dever e direito próprio, de quem é parte integrante neste processo. E foi certamente, com o conhecimento e a preocupação responsável, de quem prevê graves problemas de empregabilidade médica no futuro, que a Ordem dos Médicos, tomou a iniciativa de patrocinar um estudo sério e rigoroso, sobre a demografia médica em Portugal.

Um grande contributo para o planeamento da formação e assistência médica, foi apresentado, num excelente e importantíssimo estudo realizado pela Universidade de Coimbra para a Ordem dos Médicos, sobre a “Evolução Prospectiva de Médicos no Sistema Nacional de Saúde” num horizonte alargado até ao ano de 2025.

Neste trabalho, caracteriza-se a classe médica em Portugal, analisando ao longo dos vários anos, diversos parâmetros,

que vão desde a sua distribuição etária e taxa de feminização, até à caracterização do internato médico, pré e pós graduado, projecções sobre a capacidade formativa instalada e as necessidades futuras de médicos especialistas, bem como análises comparativas nas diferentes especialidades, com outros países como França e Inglaterra.

Este trabalho, constituindo-se como um valiosíssimo contributo para a reorganização e planeamento da saúde em Portugal, deveria ser o primeiro capítulo de um projecto, que assente numa política consensual a longo prazo entre todos os poderes públicos, completar-se-ia, pelo estudo, planeamento e reorganização do SNS em Portugal, desde os cuidados primários, até a rede de prestação de cuidados hospitalares. Só assim, se poderá organizar, prevendo o que necessitamos, para não construirmos o que não nos faz falta nem desperdiçarmos o que já existe.

A Otorrinolaringologia, tal como todas as outras especialidades, foi objecto de análise, tendo-se constatado o seu envelhecimento (60% com idade superior a 50 anos) que é comum a toda a classe médica, com a perspectiva de até 2025, abandonarem o sistema, 179 especialistas. Num cenário desejável de reposição de recursos humanos, de acordo com as necessidades do Sistema Nacional de Saúde, e no período de 2012 a 2025, deverão formar-se 251 especialistas, para que possa ser atingido o número de médicos Otorrinolaringologistas, adequado às condições demográficas e necessidades assistenciais dessa altura.

Tendo em conta a capacidade formativa actual, e a média anual de vagas atribuídas nos últimos 5 anos (19,6), neste período de 13 anos, conseguiremos formar o número adequado de médicos especialistas em Otorrinolaringologia, que o Sistema Nacional de Saúde necessita – 255 novos médicos Otorrinolaringologistas. Seguindo este trajecto, não teremos certamente em 2025, médicos Otorrinolaringologistas em excesso e eventualmente desempregados.

Quanto à análise comparativa com outros Países, temos um rácio de especialistas de Otorrinolaringologia (5,38/100.000 hab.) superior por exemplo à França (4,48/100.000 hab.), o que permite uma muito boa cobertura assistencial do nosso País em Otorrinolaringologia.

Constatamos portanto com agrado, a saudável estabilidade que neste momento conseguimos, no que diz respeito à formação pós graduada em Otorrinolaringologia. Atingimos um patamar de suficiência, que em nossa opinião não deve ser ultrapassado, sob pena de estarmos a cometer um enorme e gravíssimo erro, proporcionando uma formação pós graduada, a quem certamente, não terá possibilidade de exercer profissionalmente a sua especialidade.

Com a capacidade formativa de médicos especialistas que actualmente dispomos, estamos em condições, de promover a renovação da nossa classe, de forma a mantermos e melhorarmos a capacidade assistencial do SNS em Otorrinolaringologia.

Este trabalho, desenvolvido pela Universidade de Coimbra, deveria ser um dos alicerces da nossa política de recursos humanos em Saúde, pois só assim, saberemos o que precisamos para suprir as necessidades futuras, sem termos que importar o que nos falta, nem exportar o que nos sobra, que neste caso da Saúde, e ao contrário da actividade industrial em geral, se chama desperdício.

Artur Condé